

UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS

Estudo Técnico Preliminar 18/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23078.512652/2026-31

2. Descrição da necessidade

A presente demanda fundamenta-se na necessidade contínua de **manutenção preventiva e corretiva** da infraestrutura física dos diversos campi da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A diversidade e a idade das edificações da instituição exigem uma pronta resposta para reparos em alvenaria, sistemas estruturais e revestimentos, visando garantir a segurança e a habitabilidade dos espaços acadêmicos e administrativos.

Atualmente, o **Almoxarifado de Obras (ALMOBRA)** apresenta níveis críticos de estoque (baixo ou zerado) para itens essenciais de construção civil. A ausência de materiais como cimentos de alta resistência (CP V-ARI), vergalhões de aço (CA-50/CA-60) e argamassas técnicas inviabiliza intervenções emergenciais em elementos estruturais (vigas, lajes e pilares) e reparos em áreas de grande circulação.

A contratação é indispensável para:

- **Continuidade Operacional:** Evitar a paralisação de serviços de manutenção executados pelas Prefeituras Universitárias.
- **Preservação do Patrimônio:** Impedir o agravamento de patologias construtivas (como infiltrações e fissuras) que, se não tratadas prontamente com os impermeabilizantes e grautes solicitados, podem gerar custos de recuperação muito superiores ao erário.
- **Segurança Institucional:** Garantir que os materiais aplicados possuam certificação técnica (normas ABNT), assegurando a estabilidade das reformas e a integridade física de alunos, servidores e usuários externos.

Dessa forma, a aquisição agrupada desses materiais permitirá uma economia de escala e uma gestão logística eficiente, assegurando o suprimento necessário para o cronograma de obras previsto para o exercício de 2026.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUINFRA - DSINFRA	Márcio José dos Santos Menezes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Esta contratação refere-se à aquisição de **materiais de Construção Civil**, comuns às atividades de manutenção e reparo da infraestrutura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Os itens que compõem a solução são vistos como comuns, de padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, sendo a modalidade de licitação indicada para a contratação o Pregão Eletrônico.

Existem diversos fornecedores da solução disponíveis no mercado, possibilitando a ampla competição e disputa entre empresas interessadas.

As especificações técnicas aqui elaboradas buscam atender às necessidades da Universidade, de forma eficaz e econômica, dentro dos limites técnicos aceitáveis.

As exigências e os limites técnicos aqui impostos não restringem a competição, uma vez que há uma gama de marcas e modelos disponíveis no mercado que podem atender ao solicitado no Termo de Referência.

São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Promover a entrega dos itens nos locais e datas estabelecidas;
- b) Garantir o descarregamento dos itens do veículo de transporte para o solo, em local de recebimento apresentado pelo ALMOBRA no ato de entrega;
- c) Garantir o recolhimento e carregamento do veículo, no retorno do material, no caso de não recebimento dos itens por vícios identificados, tais como: defeitos de peças, quantidade insuficiente, qualidade fora da especificada ou ainda marca/modelo divergente da ofertada, sem prévia comunicação que solicite sua substituição;
- d) Formalizar em e-mail, preferencialmente com ofício assinado pelo representante da empresa, os eventos que ensejarem atraso na entrega, substituição de marca e modelo de material;
- e) Manter regular a situação fiscal de modo a não prejudicar, em qualquer tempo, a solicitação de fornecimento do item.

São normativas que disciplinam a presente contratação:

Lei de Licitações e Contratos Administrativos Nº 14.133/2021: estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

Instrução Normativa SEGES /ME Nº 65, de 7 de julho de 2021: Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

Instrução Normativa SEGES/ME Nº 58 de 8 de agosto de 2022 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

Instrução Normativa SEGES/ME Nº 81, de 25 de novembro de 2022 - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital;

Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022 - Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

Decreto Nº 10.947 de 25 de janeiro de 2022: dispõe sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Decreto Nº 11.462 de 31 de março de 2023 - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

A presente contratação deverá estar em conformidade com as seguintes normativas e legislações, ou correspondentes, em caso de atualização/substituição/revogação:

1. NBRs respectivas, quando estas forem mencionadas na descrição dos itens;
2. FISPQ respectiva, quando estas forem mencionadas na descrição dos itens.

Da adoção do Sistema de Registros de Preços - SRP

A Lei nº 14.133/2021, em seu inc. II do art. 40, estabelece que o planejamento de compras deverá considerar o "processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente " - assim definido como o " conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras " (Decreto nº 11.462/2023, art. 2, I).

De acordo com o disposto no Decreto nº 11.462/2023, a utilização do Sistema de Registro de Preços enquadra-se nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração

O SRP é o modelo amplamente utilizado na UFRGS nas aquisições e contratações públicas. Entretanto, com o advento da nova lei de licitações, e no intuito de buscarmos uma melhoria contínua de nossos atos e procedimentos administrativos, opta-se, a partir de uma estimativa baseada em dados históricos, celebrar esta contratação via instrumento contratual.

Nesse sentido, a adoção do SRP foi julgada como **não pertinente** para esta contratação, tendo em vista tratar-se de contratação para atender tipos de demandas recorrentes, sob a ótica de fornecimentos contínuos. A contratação via SRP, por sua natureza, acarretaria diversas lacunas de fornecimento em momentos críticos, com risco potencial de desabastecimento na Universidade.

Segundo o Manual de Licitações & Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU (disponível em: <https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/wp-content/uploads/sites/11/2024/09/Licitacoes-e-Contratos-Orientacoes-e-Jurisprudencia-do-TCU-5a-Edicao-29-08-2024.pdf>), as compras realizadas pela Administração, para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, são considerados como fornecimentos contínuos.

Assim sendo, as principais justificativas para a **não adoção do SRP** são:

1. Há previsibilidade anual dos quantitativos aqui demandados;
2. Há um pedido mínimo obrigatório anual, para cada item;
3. Risco de desabastecimento e prejuízo temporal com frequentes licitações anuais, que podem ainda resultar desertas ou fracassadas;

4. Perda da economicidade no uso de recursos humanos, com elaborações constantes de novas contratações, quase que anuais.
5. Não possibilidade de realizar aditivos, como nos contratos.

Do princípio da padronização

Nos termos da Portaria SEGES/ME Nº 938, de 2 de fevereiro de 2022, que instituiu o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, a consulta realizada aos itens que compõem o Catálogo Eletrônico de Padronização do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) – endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados> - **não** localizou item com compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho em relação ao item constante na solução pretendida.

Indicação de marca

A indicação de marcas ou modelos **poderá se aplicar** para determinados itens da presente contratação, visando garantir o padrão de qualidade e desempenho necessário ao interesse público, além de se identificar padronizações para o emprego destes materiais que justificam tal abordagem, de forma que a descrição dos materiais basta para a correta execução do objeto da presente contratação.

Da natureza do objeto

O objeto é de **natureza comum**, para efeito de utilização da modalidade pregão. Neste sentido, a fim de confirmar que os objetos são comuns, observou-se o núcleo do conceito de bem e serviço:

“disponibilidade no mercado próprio; predeterminação dos atributos essenciais do objeto de forma objetiva e uniforme; desnecessidade de constar características peculiares para satisfação da Administração”

O presente objeto possui os seguintes atributos básicos:

1. Contratação habitual e rotineira da Administração Pública;
2. Características usuais de mercado, com padrões gerais de especificação;
3. Julgamento objetivo das propostas pelo menor preço;
4. Pode ser substituído por outro com qualidade similar ou equivalente disponível no mercado.

Enquadramento da contratação para fins de vigência

O objeto licitatório é enquadrado como de **fornecimento contínuo**, pois a entrega dos materiais é uma necessidade periódica da UFRGS, para a manutenção das atividades administrativas, acadêmicas e de extensão, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

5. Levantamento de Mercado

Foi realizado o levantamento de mercado no âmbito das contratações públicas, a fim de verificar a existência de soluções aptas a atender a necessidade administrativa ou então novas metodologias de execução/contratação que gerem ganhos de produtividade ou economia de escala para a Administração.

Foi constatado que a solução amplamente utilizada é a licitação na modalidade pregão eletrônico, conforme tabela abaixo, com itens de mesma natureza, realizadas por outros órgãos da Administração Pública:

PREGÃO	UASG	Órgão
90005/2025	158465	INST FED.DE PERNAMBUCO/CAMPUS VITORIA S.ANTAO
90002/2025	160085	ESTADO-MAIOR DO EXERCITO
90006/2025	160026	COMANDO DA 22ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
90009/2025	160417	PARQUE REGIONAL DE MANUTENCAO/3/RS

00028/2025	788810	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO
00109/2025	795400	BATALHAO DE OPERACOES ESPECIAIS DE FN
00034/2025	781200	GRUPAMENTO DE FUZILEIROS NAVAIS_DO RJ
00032/2025	158467	INST FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PELOTAS
90076/2025	926607	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES
90020/2025	160102	41ª BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO
90150/2025	926495	ESP-TRIBUNAL DE JUSTIÇA
90007/2025	160252	1 BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE/RJ
90056/2025	160129	ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS
90020/2025	257037	DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ARAGUAIA
90004/2025	160212	27 BATALHAO LOGISTICO
90001/2025	160526	3 COMPANHIA DE ENGENHARIA DE COMB.MECAN./RS
90002/2025	787010	CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM BRASÍLIA
90032/2025	160175	ADMINISTRATIVA DA GUARNICÃO DE JOÃO PESSOA
90013/2025	160353	6 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO/RR
90002/2025	160196	BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO 8ª REG MILITAR
90009/2025	160339	1 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO
90007/2025	160353	6 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO/RR
90048/2025	153164	UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS

Contratações realizadas pela Administração Pública

Ainda, frisa-se que há várias empresas que atuam neste ramo de fornecimento de materiais de construção no Município de Porto Alegre, conforme tabela abaixo, em pesquisa realizada no SICAF:

NOME DA EMPRESA	CNPJ
ALFERSUL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	13.352.053/0001-13
LEMARE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	08.229.332/0001-54
LITIVA - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	09.047.687/0001-95
RICA FERRAGENS LTDA	93.900.447/0001-06
WH COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI	28.536.509/0001-72

Levantamento de soluções

- **Solução 1: Adesão à Ata de Registro de Preços (Carona):** Aquisição por meio de atas de outros órgãos da Administração Pública.
- **Solução 2: Contratação Direta (Dispensa de Licitação):** Aquisição com base no valor, fundamentada no Art. 75 da Lei nº 14.133/2021.
- **Solução 3: Licitação via Sistema de Registro de Preços (SRP):** Realização de Pregão Eletrônico para formação de ata própria com vigência de até 2 anos.
- **Solução 4: Licitação por Pregão Eletrônico com Contrato de Fornecimento Contínuo:** Celebração de Termo de Contrato com possibilidade de prorrogação de até 10 anos.

Análise comparativa das soluções

- **Solução 1:** Embora reduza o esforço inicial de licitar, a experiência pretérita demonstrou baixa eficácia. É difícil encontrar atas que contemplem o mix completo de materiais necessários, e os limites de adesão (50% do quantitativo) são insuficientes para a demanda da UFRGS. Além disso, a dependência da anuência do órgão gerenciador gera incerteza e risco de desabastecimento.
- **Solução 2:** Inviável devido ao vulto financeiro da demanda (estimada de R\$ 187.866,29), que supera o limite legal para dispensa em razão do valor. A fragmentação dessa despesa em sucessivas dispensas configuraria fracionamento indevido, prática vedada pela legislação vigente.
- **Solução 3:** O Sistema de Registro de Preços é útil, mas sua vigência é limitada (máximo de 2 anos), o que exige esforço administrativo repetitivo para novos processos. Para materiais com demanda previsível e estável, o SRP oferece menos segurança de fornecimento a longo prazo do que o contrato contínuo.
- **Solução 4 (Solução Escolhida):** Mostrou-se a mais vantajosa e eficiente. A formalização de um **contrato de fornecimento contínuo** (conforme Art. 106 e 107 da Lei 14.133/21) prorrogável em até 10 anos, passa a garantir a estabilidade do fluxo de materiais do Almoxarifado de Obras (ALMOBRA). Essa estratégia otimiza o uso dos recursos humanos — atualmente escassos — permitindo um planejamento de longo prazo e mitigando riscos de desabastecimento por interrupções processuais.

Conclusão: Diante da natureza dos itens (bens comuns) e da necessidade de suprimento ininterrupto para a manutenção predial da Universidade, a **Solução 4** é a que melhor atende ao interesse público e ao princípio da eficiência.

Análise comparativa de custos das soluções

Não foi realizada análise de custos entre as soluções.

Justificativa da escolha da solução

A escolha pela **Solução 4** — realização de Pregão Eletrônico com posterior assinatura de Termo de Contrato — fundamenta-se nos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, conforme os seguintes pontos:

- **Competitividade e Economia de Escala:** Os materiais requisitados possuem ampla oferta no mercado nacional, sendo classificados como **bens comuns**. A modalidade de Pregão Eletrônico é a mais adequada para este cenário, pois estimula a competitividade ampla por meio da disputa de lances, o que tende a reduzir os preços unitários e gerar significativa **economia de escala** para a Universidade.
- **Fidedignidade do Orçamento:** A estimativa de custos seguiu rigorosamente os parâmetros legais, utilizando consultas a sites de mercado com credibilidade reconhecida. Esse método garante que o valor de referência seja atual e compatível com a realidade econômica, minimizando riscos de licitações desertas ou propostas inexecutáveis.
- **Planejamento Baseado em Dados Históricos:** A definição dos quantitativos não é arbitrária; ela reflete o consumo real da Instituição. A equipe técnica utilizou dados extraídos do **Sistema de Administração de Materiais (SAM)**, com foco no histórico de fornecimento dos anos de **2022 a 2025**. Essa análise retrospectiva confere precisão à demanda, evitando tanto o superdimensionamento (desperdício) quanto o subdimensionamento (desabastecimento).
- **Segurança de Suprimento:** Diferente de adesões pontuais, o **Termo de Contrato** estabelece um vínculo jurídico estável e duradouro com o fornecedor. Isso garante que a manutenção da infraestrutura da UFRGS não sofra interrupções, permitindo uma gestão logística previsível para o Almoxarifado de Obras (ALMOBRA) e otimizando o emprego da força de trabalho administrativa.

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo abrange a contratação de empresa para o fornecimento de itens de construção civil. Esses serão adquiridos na modalidade pregão eletrônico.

No mercado não foi encontrada outra solução que fosse mais vantajosa para adquirir os itens de construção civil, portanto, a realização do pregão é a solução mais adequada. Com essa solução, é possível estimar quantidades para atender o período de 1 ano, com possibilidade de prorrogar a vigência da contratação em até 10 anos.

Os preços são estimados com observância ao valor que o item é encontrado no mercado, com o propósito de propiciar competição entre o maior número possível de fornecedores. A ampla competição torna-se viável, pois esse objeto tem uma grande oferta no mercado. Ainda, como é realizado pregão eletrônico, empresas de todo o país podem participar, ampliando a quantidade de propostas que são recebidas, ganhando a que tem o menor valor.

É fundamental que os itens entregues pelos fornecedores vencedores da licitação tenham as especificações que são requisitadas pela universidade no Termo de Referência. Tendo em vista isso, o Almoxarifado de Obras faz a conferência dos itens que são entregues, antes deles serem registrados no sistema interno do almoxarifado. Caso o item não esteja em conformidade, a empresa é informada, sendo solicitada correção, a fim de atender as especificações que foram exigidas nas descrições dos itens, sendo fundamental que sejam observadas.

Quando possível, critérios de sustentabilidade são empregados nos itens que são licitados. Para isso, nota-se a disponibilidade de mercado, visto que é essencial manter a concorrência nas licitações, bem como, observa-se também o valor que se encontra o item no mercado. Isso é importante, visto que, a depender do item, o mercado é muito restrito de itens sustentáveis e os preços podem ser elevados.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A determinação do quantitativo a ser adquirido considerou os seguintes fatores e/ou fontes, baseada em técnica adequada:

- 1. Histórico de consumo dos itens disponibilizado através de Atas de Registro de Preços dos anos 2022, 2023, 2024 e 2025 (SEI 7580426, 7580429, 7580430 e 7580433);
- 2. Verificação da média aritmética anual de consumo histórico do intervalo 2022/2025 (SEI 7580451, excluindo o ano de menor consumo ou ano com valor zerado);
- 3. Verificação de demanda represada junto às Prefeituras e SUINFRA (SEI 7580439, 7580442 e 7580446);

A definição exata do quantitativo a ser adquirido foi realizada com base em 1(um) dos seguintes critérios:

DEMANDA REPRESADA – Para os itens sem informação de consumo ou zerados (sem ata em 1 ou mais anos), ou que resultem numa média insignificante em relação à demanda represada, optou-se pela informação da demanda represada.

MAIOR CONSUMO HISTÓRICO – Para os itens em que a média aritmética (excluindo-se os anos de consumo zerado e, se não for o caso, o ano de menor consumo) não atende ao consumo de pelo menos 2 dos 3 anos anteriores avaliados. Nesse caso, opta-se pela informação do maior consumo histórico no intervalo 2022/2025.

MÉDIA ARITMÉTICA – Opta-se pela média aritmética para os itens em que esta (excluindo-se os anos de consumo zerado e, se não for o caso, o ano de menor consumo) mostra-se mais apropriada ao consumo do período analisado, quando não há uma demanda represada de maior vulto.

Considerando o exposto acima, a tabela a seguir indica o histórico e média anual consumida (excluindo-se os anos de consumo zerado ou de menor consumo) para o objeto da presente contratação:

--	--	--	--

ITEM	DESCRIÇÃO	MÉDIA ANUAL (2022 a 2025)	Consumo 2022			
			2022	2023	2024	2025
1	Aditivo plastificante para argamassas de assentamento e reboco convencional. Deve atender à norma ABNT NBR 16826:2020.	0	0	0	0	0
2	Argamassa colante uso interno - tipo AC I - Argamassa colante cimentícia para assentamento de revestimentos cerâmicos em áreas internas, para paredes. Deve atender às normas da série ABNT NBR 14081:2012.	95	0	77	100	108
3	Argamassa colante uso interno /externo - tipo AC III - Argamassa colante cimentícia para assentamento de porcelanatos em áreas internas e externas. Deve atender às normas da série ABNT NBR 14081:2012, NBR 13753:1996, NBR 13754:1996 e NBR-13755: 1996.	298	376	238	182	280
4	Argamassa pronta múltiplo uso, indicada para assentamento de blocos cerâmicos, rebocos, nivelamentos de superfícies internas, regularizações e reparos em alvenaria. Deve atender às normas da série ABNT NBR 13281:2023.	0	0	0	0	0
5	Argamassa para reparo estrutural interno e externo. Tonalidade cinza. De qualidade igual ou superior à marca Quartzolit. Alta aderência, prevenindo descolamentos, garantindo estabilidade. Indicado para recuperação de pilares, vigas e lajes. Atender à norma ABNT NBR 14725 (segurança/FISPQ). Espessuras de até 10 cm.	0	0	0	0	0
6	Graute cimentício estrutural, com alta resistência, uso Interno e Externo, na cor cinza. Evita trincas e fissuras. Indicado para fins estruturais como: reparos em estruturas de concreto, preenchimento de bases para equipamentos e máquinas, reforço de fundações e uso em lavenaria	0	0	0	0	0

	estrutural. Deve atender às normas da série ABNT NBR 17211:2014.					
7	Cimento de alta resistência inicial CP V - ARI. Deve atender à norma ABNT NBR 16697:2019.	0	0	0	0	0
8	Cimento portland pozolânico – CPIV-32. Deve atender à norma ABNT NBR 16697:2019.	983	1.171	950	767	829
9	Impermeabilizante Cimentício. Marca referência SELAMIX.	68	0	110	13	80
10	Pedra de alicerce grês rosa - Medidas aproximadas 15x21x42cm	492	0	525	90	860
11	Meio-tijolo 6 furos, tamanho - 9x14x9cm - meio-bloco cerâmico de matéria-prima argilosa e queimado a elevadas temperaturas. Atender a norma ABNT NBR-15270/1:2005. Fornecido em embalagem paletizada.	1555	800	1.644	1.673	1.348
12	Tijolo 6 furos, tamanho - 9x14x19cm - bloco cerâmico de matéria-prima argilosa e queimado a elevadas temperaturas. Atender a norma ABNT NBR-15270/1:2005. Fornecido em embalagem paletizada	10953	7.400	9.680	14.340	8.840
13	Tijolo maciço comum, tamanho - 5x9x19cm - tijolo maciço cerâmico de matéria-prima argilosa, queimado a elevadas temperaturas, tipo comum. Cor vermelho. Atender à norma ABNT NBR-7170:1983. Fornecido em embalagem paletizada, unidade.	8747	11.540	5.970	8.730	3.790
14	Malha pop de aço 4,2mm - espaçamentos 10x10cm - nervurado e soldada em todos os pontos de cruzamento, painel 2,00x3,00m. Aplicação: Concreto armado	56	0	101	30	38
15	Vergalhão de ferro CA-50 10mm - vergalhão em aço nervurado CA-50. Produzido de acordo com a norma ABNT NBR-7480:2007. Aplicação: Concreto armado	176	2	59	363	105
16	Vergalhão de ferro CA-50 6,3mm - vergalhão em aço nervurado CA-50. Produzido de acordo com a norma ABNT NBR-7480:2007. Aplicação: Concreto armado	77	150	33	47	30
	Vergalhão de ferro CA-50 8,0mm -					

17	vergalhão em aço nervurado CA-50. Produzido de acordo com a norma ABNT NBR-7480:2007. Aplicação: Concreto armado	100	0	100	188	11
18	Vergalhão de ferro CA-60 4,2mm - vergalhão em aço nervurado CA-60. Produzido de acordo com a norma ABNT NBR-7480:2007. Aplicação: Concreto armado	126	0	175	123	80
19	Vergalhão de ferro CA-60 5,0mm - vergalhão em aço nervurado CA-60. Produzido de acordo com a norma ABNT NBR-7480:2007. Aplicação: Concreto armado	22	0	21	31	13

Tabela - Consumo e Média Aritmética

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	CRITÉRIO	DEMANDA REPRESADA PREFEITURA /SUINFRA
1	Aditivo plastificante para argamassas de assentamento e reboco convencional. Deve atender à norma ABNT NBR 16826:2020.	210	DEMANDA REPRESADA	210
2	Argamassa colante uso interno - tipo AC I - Argamassa colante cimentícia para assentamento de revestimentos cerâmicos em áreas internas, para paredes. Deve atender às normas da série ABNT NBR 14081:2012.	108	MAIOR CONSUMO HISTÓRICO	
3	Argamassa colante uso interno /externo - tipo AC III - Argamassa colante cimentícia para assentamento de porcelanatos em áreas internas e externas. Deve atender às normas da série ABNT NBR 14081:2012, NBR 13753:1996, NBR 13754:1996 e NBR-13755:1996.	298	MÉDIA	
4	Argamassa pronta múltiplo uso, indicada para assentamento de blocos cerâmicos, rebocos, nivelamentos de superfícies internas, regularizações e reparos em alvenaria. Deve atender às normas da série ABNT NBR 13281:2023.	50	DEMANDA REPRESADA	50

5	Argamassa para reparo estrutural interno e externo. Tonalidade cinza. De qualidade igual ou superior à marca Quartzolit. Alta aderência, prevenindo descolamentos, garantindo estabilidade. Indicado para recuperação de pilares, vigas e lajes. Atender à norma ABNT NBR 14725 (segurança/FISPQ). Espessuras de até 10 cm.	20	DEMANDA REPRESADA	20
6	Graute cimentício estrutural, com alta resistência, uso Interno e Externo, na cor cinza. Evita trincas e fissuras. Indicado para fins estruturais como: reparos em estruturas de concreto, preenchimento de bases para equipamentos e máquinas, reforço de fundações e uso em lavenaria estrutural. Deve atender às normas da série ABNT NBR 17211:2014.	140	DEMANDA REPRESADA	140
7	Cimento de alta resistência inicial CP V - ARI. Deve atender à norma ABNT NBR 16697:2019.	200	DEMANDA REPRESADA	200
8	Cimento portland pozolânico – CPIV-32. Deve atender à norma ABNT NBR 16697:2019.	983	MÉDIA	
9	Impermeabilizante Cimentício. Marca referência SELAMIX.	110	MAIOR CONSUMO HISTÓRICO	
10	Pedra de alicerce grês rosa - Medidas aproximadas 15x21x42cm	860	MAIOR CONSUMO HISTÓRICO	
11	Meio-tijolo 6 furos, tamanho - 9x14x9cm - meio-bloco cerâmico de matéria-prima argilosa e queimado a elevadas temperaturas. Atender a norma ABNT NBR-15270/1:2005. Fornecido em embalagem paletizada.	1673	MAIOR CONSUMO HISTÓRICO	
12	Tijolo 6 furos, tamanho - 9x14x19cm - bloco cerâmico de matéria-prima argilosa e queimado a elevadas temperaturas. Atender a norma ABNT NBR-15270/1:2005. Fornecido em embalagem paletizada	10953	MÉDIA	
	Tijolo maciço comum, tamanho -			

13	5x9x19cm - tijolo maciço cerâmico de matéria-prima argilosa, queimado a elevadas temperaturas, tipo comum. Cor vermelho. Atender à norma ABNT NBR-7170:1983. Fornecido em embalagem paletizada, unidade.	8747	MÉDIA	
14	Malha pop de aço 4,2mm - espaçamentos 10x10cm - nervurado e soldada em todos os pontos de cruzamento, painel 2,00 x3,00m. Aplicação: Concreto armado	56	MÉDIA	
15	Vergalhão de ferro CA-50 10mm - vergalhão em aço nervurado CA-50. Produzido de acordo com a norma ABNT NBR-7480:2007. Aplicação: Concreto armado	176	MÉDIA	
16	Vergalhão de ferro CA-50 6,3mm - vergalhão em aço nervurado CA-50. Produzido de acordo com a norma ABNT NBR-7480:2007. Aplicação: Concreto armado	77	MÉDIA	
17	Vergalhão de ferro CA-50 8,0mm - vergalhão em aço nervurado CA-50. Produzido de acordo com a norma ABNT NBR-7480:2007. Aplicação: Concreto armado	100	MÉDIA	
18	Vergalhão de ferro CA-60 4,2mm - vergalhão em aço nervurado CA-60. Produzido de acordo com a norma ABNT NBR-7480:2007. Aplicação: Concreto armado	126	MÉDIA	
19	Vergalhão de ferro CA-60 5,0mm - vergalhão em aço nervurado CA-60. Produzido de acordo com a norma ABNT NBR-7480:2007. Aplicação: Concreto armado	22	MÉDIA	

Tabela - Definição do Quantitativo com base no Critério

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 187.866,29

O valor estimativo da contratação foi composta por:

- Pesquisas em sítios de empresas do ramo na *internet*, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 5 de agosto de 2020, especificamente se utilizou o artigo 5, inciso III. Os arquivos com os *prints* da pesquisa realizada estão no doc. SEI 7580453.

Considerando o exposto acima, a tabela a seguir demonstra os valores estimados para a presente contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO PRELIMINAR	VALOR TOTAL ESTIMADO 12 MESES
1	Aditivo plastificante para argamassas de assentamento e reboco convencional. Deve atender à norma ABNT NBR 16826:2020.	Litro	210	R\$ 28,46	R\$ 5.976,60
2	Argamassa colante uso interno - tipo AC I - Argamassa colante cimentícia para assentamento de revestimentos cerâmicos em áreas internas, para paredes. Deve atender às normas da série ABNT NBR 14081:2012.	saco 20kg	108	R\$ 17,53	R\$ 1.893,24
3	Argamassa colante uso interno/externo - tipo AC III - Argamassa colante cimentícia para assentamento de porcelanatos em áreas internas e externas. Deve atender às normas da série ABNT NBR 14081:2012, NBR 13753:1996, NBR 13754:1996 e NBR-13755:1996.	saco 20kg	298	R\$ 47,25	R\$ 14.080,50
4	Argamassa pronta múltiplo uso, indicada para assentamento de blocos cerâmicos, rebocos, nivelamentos de superfícies internas, regularizações e reparos em alvenaria. Deve atender às normas da série ABNT NBR 13281:2023.	Saco 20Kg	50	R\$ 24,43	R\$ 1.221,50
5	Argamassa para reparo estrutural interno e externo. Tonalidade cinza. De qualidade igual ou superior à marca Quartzolit. Alta aderência, prevenindo descolamentos, garantindo estabilidade. Indicado para recuperação de pilares, vigas e lajes. Atender à norma ABNT NBR 14725 (segurança/FISPQ). Espessuras de até 10 cm.	Saco 20Kg	20	R\$ 100,57	R\$ 2.011,40
6	Graute cimentício estrutural, com alta resistência, uso Interno e Externo, na cor cinza. Evita trincas e fissuras. Indicado para fins estruturais como: reparos em estruturas de concreto, preenchimento de bases para equipamentos e máquinas, reforço de fundações e uso em lavenaria estrutural. Deve atender às normas da série ABNT NBR 17211:2014.	saco 20kg	140	R\$ 49,60	R\$ 6.944,00
7	Cimento de alta resistência inicial CP V - ARI. Deve atender à norma ABNT NBR 16697:2019.	saco 40kg	200	R\$ 56,37	R\$ 11.274,00
8	Cimento portland pozolânico – CPIV-32. Deve atender à norma ABNT NBR 16697:2019.	saco 50kg	983	R\$ 57,89	R\$ 56.905,87
9	Impermeabilizante Cimentício. De mesma qualidade ou equivalente à marca SELAMIX.	Embalagem de 18 kilograma	110	R\$ 144,90	R\$ 15.939,00
10	Pedra de alicerce grês rosa - Medidas aproximadas 15x21x42cm	unidade	860	R\$ 6,58	R\$ 5.658,80

11	Meio-tijolo 6 furos, tamanho - 9x14x9cm - meio-bloco cerâmico de matéria-prima argilosa e queimado a elevadas temperaturas. Atender a norma ABNT NBR-15270/1:2005. Fornecido em embalagem paletizada.	unidade	1673	R\$ 0,81	R\$ 1.355,13
12	Tijolo 6 furos, tamanho - 9x14x19cm - bloco cerâmico de matéria-prima argilosa e queimado a elevadas temperaturas. Atender a norma ABNT NBR-15270/1:2005. Fornecido em embalagem paletizada	unidade	10953	R\$ 1,00	R\$ 10.953,00
13	Tijolo maciço comum, tamanho - 5x9x19cm - tijolo maciço cerâmico de matéria-prima argilosa, queimado a elevadas temperaturas, tipo comum. Cor vermelho. Atender à norma ABNT NBR-7170: 1983. Fornecido em embalagem paletizada, unidade.	unidade	8747	R\$ 2,17	R\$ 18.980,99
14	Malha pop de aço 4,2mm - espaçamentos 10x10cm - nervurado e soldada em todos os pontos de cruzamento, painel 2,00x3,00m. Aplicação: Concreto armado	unidade	56	R\$ 162,31	R\$ 9.089,36
15	Vergalhão de ferro CA-50 10mm - vergalhão em aço nervurado CA-50. Produzido de acordo com a norma ABNT NBR-7480:2007. Aplicação: Concreto armado	barra 12m	176	R\$ 81,60	R\$ 14.361,60
16	Vergalhão de ferro CA-50 6,3mm - vergalhão em aço nervurado CA-50. Produzido de acordo com a norma ABNT NBR-7480:2007. Aplicação: Concreto armado	barra 12m	77	R\$ 32,96	R\$ 2.537,92
17	Vergalhão de ferro CA-50 8,0mm - vergalhão em aço nervurado CA-50. Produzido de acordo com a norma ABNT NBR-7480:2007. Aplicação: Concreto armado	barra 12m	100	R\$ 55,73	R\$ 5.573,00
18	Vergalhão de ferro CA-60 4,2mm - vergalhão em aço nervurado CA-60. Produzido de acordo com a norma ABNT NBR-7480:2007. Aplicação: Concreto armado	barra 12m	126	R\$ 20,97	R\$ 2.642,22
19	Vergalhão de ferro CA-60 5,0mm - vergalhão em aço nervurado CA-60. Produzido de acordo com a norma ABNT NBR-7480:2007. Aplicação: Concreto armado	barra 12m	22	R\$ 21,28	R\$ 468,16
TOTAL					R\$ 187.866,29

Tabela - Valor estimado da contratação

Considerando os fatores levantados, estima-se um valor total anual da contratação, de R\$ 187.866,29 (cento e oitenta e sete mil, oitocentos e sessenta e seis com vinte e nove centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A administração pública dividirá o objeto licitatório em lotes, pois se entende ser o mais tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração Pública, evitando o desinteresse dos licitantes e, consequentemente, itens desertos. A divisão do objeto em partes unitárias poderia prejudicar a qualidade ou o desempenho do conjunto, levando a preços unitários mais altos.

Cada grupo será formado por itens de mesma especificidade e natureza. A separação proporcionará maior interesse das empresas à contratação, pois concede maiores ganhos de escala, e consequentemente a apresentação de propostas com um menor preço.

Ainda, há maior eficiência administrativa através da otimização do gerenciamento de contratos, assinados por termo, ao invés de inúmeras atas de registro de preços que poderiam advir desta contratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes ao objeto deste estudo técnico preliminar.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto desta contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da UFRGS.

A contratação também encontra-se alinhada aos objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional 2016 - 2026 PDI da UFRGS.

O atendimento da demanda subsidia o alcance dos objetivos organizacionais do PDI, mais precisamente das metas de Infraestrutura, tendo em vista que ajudam a:

- I. Reforçar e qualificar os serviços e processos de manutenção, conservação e produção de infraestrutura;
- II. Adequar e qualificar os espaços existentes para suporte acadêmico;
- III. Qualificar os espaços de trabalho no ambiente universitário;
- IV. Otimizar o uso e a conservação da infraestrutura da UFRGS, em uma perspectiva; integrativa, favorecendo os modelos multiusuários e contemplando a expansão institucional.

Ainda, encontra-se alinhada ao Plano de Logística Sustentável da UFRGS (2021-2026), tendo em vista que ajuda a atingir a ação:

- Priorizar a aquisição de materiais industrializados, pré-fabricados, duráveis, que permitam reposição.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Como resultado da contratação, espera-se garantir o suprimento contínuo e regular de materiais básicos e técnicos de construção civil para o almoxarifado de obras da UFRGS, visando atender às demandas de manutenção preventiva, corretiva e pequenas intervenções de infraestrutura nos diversos campi da instituição.

Com a aquisição desses materiais pretende-se alcançar os seguintes resultados:

1. eficiência operacional,
2. preservação do patrimônio público,
3. padronização e qualidade,
4. economicidade, e
5. segurança institucional.

13. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de adequação do ambiente do órgão em um primeiro momento, tendo em vista que a solução será contratada de acordo com a necessidade e demanda da Universidade.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Como possíveis impactos ambientais, têm-se:

- Os materiais a serem adquiridos, em sua maioria, não possuem critérios de sustentabilidade, não utilizam materiais que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, e com madeira proveniente de reflorestamento;
- Nem todos os materiais serão acondicionados em embalagens adequadas, que utilizem materiais recicláveis, o que gera novos resíduos de novos materiais que deverão ter uma destinação ambientalmente adequada;
- Os veículos que transportam as mercadorias até o almoxarifado de obras geram poluição; e
- O descarte desses materiais pode não ser realizado de forma ambientalmente adequada pelos órgãos da UFRGS.

15. Considerações sobre a LGPD

Em atendimento à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e em consonância com os princípios da Lei nº 14.133/2021, este Estudo Técnico Preliminar analisa se o objeto da contratação envolve, ou não, o tratamento de dados pessoais, com a finalidade de avaliar a necessidade de adoção de medidas de conformidade e de segurança da informação.

15.1. Análise quanto à aplicação da LGPD

Quando aplicável, no curso da execução contratual, poderá haver coleta, armazenamento, processamento ou compartilhamento de dados que possibilitam a identificação de pessoas físicas, tais como:

- informações cadastrais (nome, CPF, RG, endereço, e-mail);
- dados profissionais, acadêmicos ou funcionais;
- dados pessoais sensíveis, nos termos do art. 5º, II, da LGPD, como informações sobre saúde, deficiência, origem étnica ou convicções religiosas.

Nessa hipótese, a Administração Pública atuará como **controladora dos dados pessoais**, e a contratada como **operadora**, devendo ambas observar os princípios da LGPD, especialmente:

- **Finalidade**, com tratamento restrito aos fins da execução contratual;
- **Necessidade**, limitando-se aos dados estritamente indispensáveis;
- **Segurança**, mediante adoção de medidas técnicas e administrativas adequadas;
- **Transparência**, garantindo informações claras aos titulares;
- **Responsabilização**, com demonstração de conformidade com a legislação vigente.

Como decorrência, **poderão ser previstas exigências contratuais**, tais como:

- indicação de encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO);
- apresentação de programa de governança em privacidade e plano de resposta a incidentes, nos termos do art. 50 da LGPD;
- garantia do exercício dos direitos dos titulares;
- inclusão de cláusulas específicas sobre confidencialidade, segurança da informação e responsabilidade civil.

Por outro lado, **quando não aplicável**, caso se conclua que o objeto da contratação **não envolve tratamento de dados pessoais**, ou que tal tratamento seja meramente incidental, sem identificação de pessoas físicas, entende-se que **não se aplica a LGPD de forma direta**, não sendo necessárias exigências específicas relacionadas à proteção de dados, sem prejuízo da observância geral dos deveres de segurança da informação e sigilo administrativo.

A avaliação quanto à incidência da LGPD poderá refletir, conforme o caso, em requisitos técnicos, cláusulas contratuais ou critérios específicos previstos no edital.

15.2. Checklist de conformidade com a LGPD

Item	Verificação	Observações
O objeto envolve tratamento de dados pessoais?	Não	Identificar claramente no ETP e utilizar Anexo I ao Contrato – “OBRIGAÇÕES REFERENTES À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, CONFORME DETERMINAÇÕES DA MGI/SGD E TCU PARA INSTRUMENTO CONTRATUAL” e Anexo do “TERMO DE COMPROMISSO E SIGILO”.
Será fornecido um sistema de informação pela CONTRATADA, que permita o tratamento de dados pessoais por múltiplos usuários?	Não	Identificar claramente no ETP e utilizar ANEXO II ao Contrato - “DECLARAÇÃO SOBRE CONTROLES PARA RISCOS À PRIVACIDADE E À PROTEÇÃO DE DADOS”.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Os itens requisitados possuem ampla oferta no mercado nacional e seguem especificações técnicas padronizadas pela ABNT (associação brasileira de normas técnicas). Ainda, a aquisição via processo licitatório, em comparação à realização de pequenas compras diretas ou contratações de serviços de terceiros com fornecimento de material, mostra-se mais vantajosa, a economia de escala gerada pela licitação permite preços mais competitivos.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: 7608434

MARCIO JOSE DOS SANTOS MENEZES

Integrante Requisitante/Técnico



Assinou eletronicamente em 14/04/2026 às 10:09:30.

Despacho: 7608434

SILVANA CORREA PINTO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 14/04/2026 às 10:00:32.